

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Art. 1º Este regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, criado pela Lei 1214/2023, de 12 de dezembro de 2023.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPETENCIA

Art 2º. Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, criado pela Lei 1214/2023, de 12 de dezembro de 2023, é um órgão de caráter consultivo e orientativo, que tem a finalidade de atuar na formulação e controle das execuções das políticas públicas municipais, inclusive nos aspectos econômicos, sociais e financeiros e reger-se-á pôr este regimento interno e pelas normas aplicáveis.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS:

I – Sugerir ao executivo e ao legislativo municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural.

II – Sugerir Políticas e Diretrizes às ações de executivo municipal, visando o desenvolvimento rural e preservação do meio ambiente;

III – Promover articulação e compatibilização entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais voltadas ao desenvolvimento rural;

IV – Sugerir ao executivo a promoção da participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades do agronegócio desenvolvidas no município;

V - Emitir pareceres conclusivos referentes a viabilidade e legitimidade de ações propostas em relação a demandas e projetos ligados ao desenvolvimento rural;

VI – Identificar necessidades e diretrizes para o desenvolvimento rural, nortear ações, orientando a atuação das entidades públicas e privadas existentes no município;

VII – Propor a compatibilização de propostas dos agricultores com as demais prioridades do município;

VIII – Outras competências determinadas na Lei Municipal nº 1.214/2023, de 12 de dezembro de 2023

IX - Avaliar o andamento das melhorias nas estruturas viárias e saneamento no interior, solicitando relatórios ao executivo, para entendimento da priorização na destinação dos recursos e investimentos.

X - Trabalhar junto às comunidades para viabilização dos projetos em parceria público/privada e afim de agilizar os investimentos pelo poder executivo.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art 4º. A composição do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, se dará nos termos do artigo 5º, resguardada a proporção estabelecida pelo artigo 4º, ambos da Lei municipal nº 1.214/2023, atendendo as seguintes definições:

§1º Cada membro Titular terá até 2 (dois) suplentes, com direito a voto apenas na sua ausência.

§2º Os membros do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, serão designados pelo Prefeito Municipal mediante indicações dos titulares dos Órgãos e Entidades Representadas, nos termos do Artigo 5º da Lei municipal nº 1.214/2023.

Art 5 A diretoria do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS será composta por um presidente, um vice-presidente, e um secretário, que serão eleitos pelos membros do conselho para um mandato com duração de 04 (quatro) anos.

Art 6º: Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS terá um Secretário Executivo indicado pelo Município de Medianeira ou pelo



próprio Conselho para que faça a parte documental avisos e demais demandas para o bom funcionamento do conselho auxiliando o Secretario Eleito, sem ser necessariamente um conselheiro, de dentro da Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Seção I

Do Presidente

Art 7º. Compete ao presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS:

- I. Presidir as reuniões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS e coordenar debates;
- II. Convocar os conselheiros para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III. Representar o Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS em suas relações externas, em juízo e fora dele;
- IV. Orientar e coordenar as atividades do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- V. Assinar documentos e dar-lhes publicidade;
- VI. Promover a execução das decisões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- VII. Distribuir, para estudo, parecer e relato dos conselheiros os assuntos submetidos a apreciação do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- VIII. Desempenhar outras atribuições pertinentes ao bom funcionamento do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- IX. Nas reuniões, em casos de empate nas votações da matéria, cabe ao presidente o voto de qualidade.
- X. Dirigir as sessões ou suspendê-las por motivo de força maior, conceder, negar ou cassar a palavra de membro do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, a fim de manter a ordem;



Seção II

Do Vice-Presidente

Art 8º. Ao vice-presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, compete substituir o presidente em seus impedimentos, praticando todas as atribuições que lhe são pertinentes.

Seção III

Do Secretário

Art 9º. Ao secretário do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, compete:

- I. Secretariar os trabalhos do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- II. Prestar assistência ao presidente e aos conselheiros durante as reuniões;
- III. Lavrar e ler as atas das reuniões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- IV. Manter em ordem os arquivos do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;

Seção IV

Dos Conselheiros

Art 10. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, será de 4 anos (quatro), podendo haver recondução por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante ao interesse público.

Parágrafo único. Compete aos conselheiros do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS:

- I- Comparecer às reuniões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;
- II- Participar efetivamente dos trabalhos e discussões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;

III- Representar o Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, quando por delegação do presidente;

IV- Pedir vistas de pareceres, apresentar sugestões, emendar ou apresentar substitutivos;

V- Estudar, relatar assuntos, emitindo pareceres;

VI- Requerer, através da maioria simples, a convocação de reuniões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS;

VII- Desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. O Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, reunir-se-á ordinariamente a cada 3 meses, e extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos conselheiros.

§1º As convocações para as reuniões poderão ser feitas por escrito ou por telefone e ou WhatsApp.

§2º As reuniões extraordinárias serão comunicadas a todos os membros do Conselho, com antecedência mínima de 48 horas;

Art 12. As reuniões do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, funcionarão com a presença de no mínimo 50% dos conselheiros, sendo as decisões tomadas pela maioria simples.

Art 13. As reuniões serão coordenadas pelo presidente e na sua ausência pelo vice-presidente.

Art 14. A convite e mediante permissão autorizada pela maioria dos membros, poderão participar das reuniões pessoas que possam contribuir para o melhor desempenho do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, no entanto, sem direito a voto.

Parágrafo Único: Fica assegurado a cada um dos participantes das reuniões o direito a se manifestar, de forma ordenada, sobre o assunto em discussão. Uma vez encaminhado para votação, o assunto não poderá voltar a ser discutido em seu mérito na mesma reunião.

Art 15. A ausência de qualquer conselheiro a 3 (três) reuniões, sem justificativa prévia, implicará na substituição, cabendo ao setor ou a entidade designar novo membro, sendo indicado em ato oficial do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS. Ocorrendo a necessidade de substituição dos conselheiros, o conselho deverá comunicar por meio de ofício ao setor ou entidade detentora da vaga.

Parágrafo único: Justificativas poderão ser feitas através do grupo de recados via aplicativo WhatsApp e ou Ofícios.

CAPÍTULO V

DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Art. 16. Mediante aprovação do Plenário o Presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, poderá instituir Comissões Permanentes ou Temporárias, formadas por membros Titulares e Suplentes do Conselho, conforme estabelece o art. 10 da Lei nº 1.214/2023 e alterações.


§ 1º As Comissões terão a função em cada área de desenvolver as atividades executivas do Conselho e a ele submeter para apreciação e deliberação.

§ 2º As Comissões poderão se valer de apoio técnico de profissional, entidade ou instituição de reconhecida competência e expertise no tema em análise.

§ 3º As funções de Presidente e Relator das Comissões serão escolhidas internamente pelos próprios membros da Comissão.

§ 4º A área de abrangência, a estrutura organizacional e o funcionamento das Comissões Temporárias serão estabelecidos em resolução aprovada pelo Plenário.

Art.17. Caberá ao Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – CMADRS, deliberar, sempre que necessário, pela criação das comissões, suas competências, bem como o mínimo de membros que as comporão, sendo, em




todos os casos precedidos de publicação no Diário Oficial do Município de Medianeira e inclusão no presente Regimento.

Art 18. Este regimento poderá ser alterado, no que não colidir com a lei maior, mediante proposta fundamentada de qualquer membro do conselho, aprovada pela maioria.

Art 19°. Os casos omissos serão resolvidos em plenária.

Art 20°. Este regimento entra em vigor a partir da data de publicação.

Medianeira, 26 de junho de 2024



Marcos Berta
Presidente CMADRS



Lúcia Renata Felipe Arcoverde
Vice-presidente CMADRS

